

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 4.161, DE 2015

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE deverão ser entregues pelos contratados no prazo de validade igual ou inferior à metade do tempo total de validade dos referidos alimentos.

**Autora:** Deputada LUIZIANNE LINS

**Relator:** Deputado DANILO CABRAL

### I - RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão de Educação o Projeto de Lei nº 4.161, de 2015, de autoria da Deputada Luizianne Lins, que visa alterar a Lei nº 19.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados no prazo de validade igual ou inferior à metade do tempo total de validade dos referidos alimentos.

A iniciativa determina, ainda, que os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) além de zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, pela aceitabilidade dos cardápios oferecidos, deverão atentar para o atendimento do prazo de validade acima referido.

A matéria foi distribuída à apreciação das Comissões de Seguridade Social e Família e de Educação, para exame do mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania para exame da juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nos termos do regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 24, II).

Na Comissão de Seguridade Social e Família, a matéria foi aprovada por unanimidade, nos termos do parecer do Relator, Deputado Sérgio Reis.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos regimentais, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão de Educação.

É o Relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Em sua justificação para a iniciativa ora apreciada, a Deputada Luizianne Lins ressalta sua intenção de aprimorar a legislação referente ao PNAE, incluindo a obrigação de os fornecedores de gêneros alimentícios no âmbito do Programa apenas procederem à entrega de alimentos cujo prazo de validade seja igual ou inferior à metade do tempo total de validade dos referidos alimentos.

A merenda escolar é de fundamental importância no desenvolvimento físico e cognitivo dos alunos. Apesar de destinar-se à complementação da alimentação familiar, sabemos que, num país de imensas desigualdades socioeconômicas como o nosso, muitas vezes a merenda escolar é a principal refeição do dia das crianças. Por essa razão, é imperioso que essa refeição seja balanceada e diversificada, de forma a fornecer a energia e nutrientes necessários ao adequado desenvolvimento dos alunos e à manutenção de sua saúde, além de buscar a construção de bons hábitos alimentares.

Diante dessa realidade do nosso país, é inaceitável que rotineiramente tenhamos notícias de escolas com alimentos com prazo de validade vencido, prejudicando o fornecimento da merenda e, o mais grave, muitas vezes servidos aos alunos.

A distribuição de alimentos com prazo de validade mais alongado vai permitir não só o melhor aproveitamento dos gêneros alimentícios como também a melhor organização dos cardápios elaborados pelos nutricionistas, evitando a corrida desenfreada contra o tempo para aproveitar esses alimentos antes que vençam.

Nesse sentido, acreditamos que a proposta da nobre Deputada Luizianne Lins de estabelecer regras quanto ao prazo de validade dos alimentos entregues às escolas públicas de educação básica contribui sobremaneira para combater o desperdício de alimentos nas escolas e para preservar a saúde dos alunos, que não mais correrão o risco de consumir alimentos estragados ou já com valor nutricional prejudicado.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 4.161, de 2015, da Deputada Luizianne Lins.

Sala da Comissão, em        de        de 2018.

Deputado DANILO CABRAL  
Relator